

A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS DE MATO GROSSO DO SUL: FORMA DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO (2018-2022)¹

The Public-Private Partnership in Mato Grosso do Sul Educational Programs: Way to Privatizing Education (2018-2022)

Jéssica da Costa Brito²

Solange Jarcem Fernandes³

Resumo: Este artigo objetivou mapear os programas educacionais da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul que estabelecem parceria e convênios com instituições privadas, no período de 2018 e 2022, refletindo sobre o papel da educação na construção de uma sociedade democrática. Para isso, foi elencada a legislação, bem como documentos oriundos do Ministério Público do estado de Mato Grosso do Sul, com informes da imprensa local e bibliografia referente à temática. Foram selecionados três programas: Programa de Educação em Tempo Integral (Escola de Autoria), Programa de Desenvolvimento de Competências Socioemocionais (Volta ao Novo) e Programa MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança. Concluiu-se que, com o discurso de “melhoria da qualidade da educação”, as parcerias estabelecidas com o setor privado (Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, Instituto Ayrton Senna, Instituto Natura, Bem Comum e Fundação Lemann) utilizam recursos públicos para que a classe que já possui o poder econômico exerça poder também sobre as subjetividades e as ideologias da sociedade brasileira por intermédio de formações continuadas dos trabalhadores da educação e de materiais de apoio.

Palavras-chave: Programas Educacionais. Parceria público-privada. Privatização da educação.

Abstract: This article aims to map the educational programs of the State Education Network of Mato Grosso do Sul that establish partnerships and agreements with private institutions, between 2018 and 2022, reflecting on the role of education in the construction of a democratic society. We worked with legislation, documents from the Public Ministry of the state of Mato Grosso do Sul, with the local press and bibliography on the subject. Three programs were selected: Full-time Education Program (School of Author), Social-emotional Skills Development Program (Volta ao Novo) and MS Alfabetiza Program - All for Children's Literacy. With the discourse of “improvement of the quality of education”, the partnerships established with the private sector (Institute of Co-responsibility for Education, Instituto Ayrton

¹ Este artigo parte de estudos presentes na dissertação de mestrado em Educação denominada “Educação e democracia: análise normativa do processo eleitoral para o cargo de diretor escolar na Rede Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (1998-2018)” (BRITO, 2020).

² Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGEdu/UFMS). Secretaria Municipal de Ensino de Campo Grande - Mato Grosso do Sul. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0192-7903>. E-mail: britojessica.c@gmail.com.

³ Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGEdu/UFMS). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0287-6172>. E-mail: solangejarcem@gmail.com.

Senna, Instituto Natura, Bem Comum and Fundação Lemann) imply the use of public resources so that the class that already has economic power, also exerts power over subjectivities and ideologies of Brazilian society, through continuous training for education workers and support materials.

Keywords: Educational Program. Public-private partnership. Privatization of education.

1 Introdução

Este artigo tem como objeto de estudo os programas educacionais da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (REE/MS), refletindo sobre o papel da educação na construção de uma sociedade democrática. O tema é importante no contexto atual devido aos questionamentos em relação às diretrizes da educação brasileira e em virtude de a gestão democrática do ensino ser um dos princípios apontados pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, e uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014 a 2024.

Os documentos citados organizam a educação nacional com diretrizes e metas para os diferentes níveis e etapas. O Brasil é uma República Federativa e, apesar de as políticas de coordenação federativa terem um determinado peso, expressando o movimento das ideias do Estado, a implantação e implementação das políticas públicas se expressam de forma regionalizada, a fim de garantir especificidades locais. É por isso que este estudo tem como *locus* a educação de Mato Grosso do Sul.

Ao compreender a política educacional como resultado da materialização dos interesses sociais e das suas mudanças (VIEIRA, 2007), entender quais são as políticas implantadas em determinado recorte temporal e em certa gestão governamental é imprescindível. Com isso, o artigo objetivou mapear os programas educacionais da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul que estabelecem parceria e convênios com instituições privadas entre 2018 e 2022.

Sabe-se que as ações estratégicas governamentais de um Estado de inspiração neoliberal são formadas por políticas compensatórias, avaliações em larga escala, programas focalizados e políticas voltadas à eficiência e à eficácia do processo de aprendizagem. É nesse sentido que o foco da análise é a relação público-privada. As questões que nortearam este trabalho foram: Quais são os programas educacionais da REE /MS implantados entre 2018 e 2022? Quais são as principais características e diretrizes que os norteiam?

A partir da revisão bibliográfica dos principais autores que abordam o tema, como também da pesquisa documental em normativas como decretos e legislações, o trabalho foi dividido em três partes. Apresenta-se no primeiro tópico um recorte conceitual sobre a relação público privado nas políticas educacionais. Em seguida, descreve-se a Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. Por fim, identificam-se os programas mapeados, tecendo considerações a respeito de suas diretrizes.

2 A relação ‘público-privado’ nas políticas educacionais brasileiras

A educação como setor social sofre interferências das políticas públicas, as quais são caracterizadas pelo “Estado em ação” (HÖFLING, 2001), ou seja, é o Estado implantando um projeto de governo por meio de programas e ações voltadas a setores específicos da sociedade (educação, saúde, previdência, habitação, saneamento etc.). Portanto, essas políticas

configuram-se no interior das relações estabelecidas entre o Estado capitalista e a sociedade civil e são condicionadas a partir do grau de intervenção desse Estado nas questões sociais.

Nesta conjuntura, é importante destacar que o Estado tem papel mediador entre as demandas da sociedade e o modo de produção, desenvolvendo ações nas relações econômicas e ideológicas, uma vez que é o representante de interesses particulares e não universais. Como reação ao Estado de Bem-Estar Social, uma onda ideológica liberal – o neoliberalismo – emerge na década de 1970 e ganha forças com reformas no mercado e nas relações sociais, reforçando as disputas entre as classes. A Nova Gestão Pública (NGP) é um exemplo disso, buscando descentralizar os serviços sociais e desburocratizar a administração pública (BRESSER PEREIRA, 2000).

Com isso, abre-se espaço para múltiplas formas de privatização da educação pública. À exemplo, a financeirização do Ensino Superior por capitais monetários foi sustentada ideologicamente pelo Estado e disponibilizada ao mercado (SEKI, 2020). Esses capitais mobilizam grandes redes bancárias, fundos de investimentos, seguradoras, empresas privadas como um todo e organizações sociais (Anhanguera, Kroton/Cognac Educação, Estácio de Sá, Ânima Holding), a fim de intensificar a participação destes nas políticas educacionais.

A Educação Infantil foi ofertada por meio de convênios com instituições privadas em muitos municípios, incluindo a capital do estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, visando tanto ao barateamento da oferta quanto à inclusão de ideários do mercado nas formações (FERNANDES; ALVES; VIANA, 2021). Essa realidade gera prejuízos na qualidade da educação no aspecto da contratação de professores via processos seletivos, sem plano de carreira e formação superior. Cabe observar que em Campo Grande, de 1997 a 2017, parte substancial de trabalhadores da educação infantil foram contratados por meio de convênios, principalmente com a Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar (OMEP) e a Sociedade Caritativa e Humanitária (Seleta)⁴, duas Organizações Sociais (OS) que tiveram seus contratos longevos encerrados por meio de ação civil pública pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul em 2017. Esses trabalhadores à época do convênio somavam mais de 5 mil trabalhadores celetistas. Além disso, na Rede Estadual de Educação, o número de professores contratados temporariamente ano a ano, ou seja, os que adentram sem concurso público, não compõem a carreira do magistério, seus direitos de proteção ao trabalho são muito mais restritos do que os dos professores efetivos, que assumem as suas funções por meio de concurso público. Em 2019, seus vencimentos eram 36,39% menores do que o professor concursado, mesmo realizando a mesma função, observando que nessa rede eles representavam nesse ano 56,65% da força de trabalho. (FERNANDES; FERNANDES; STOCKMANN, 2021). A contradição está posta, na medida em que esses capitais se sustentam com o discurso de melhorar a qualidade da educação brasileira, mostrando resultados de avaliações em larga escala, sem contextos e especificidades.

Das escolas municipais de educação infantil (EMEI) às universidades, a privatização da educação ganha forças constituindo oligopólios, ao passo que sua manifestação está sob novos contornos nas expressões culturais, ideológicas e sociais. Há tempos a lógica do capital impacta a educação, impondo novas modalidades e estratégias (MÉSZÁROS, 2005) e, ao passo que se avança nos direitos sociais e no processo democrático, o setor privado se organiza para retomar a direção e a execução das políticas educacionais.

⁴ A esse respeito consultar Fernandes, Alves e Viana (2021) e Fernandes, M., Fernandes, S. e De Resende Alves (2019)

3 A Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul

O estado de Mato Grosso do Sul situa-se na região centro-oeste brasileira e foi criado no governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), com a divisão do estado de Mato Grosso, em 11 de outubro de 1977, pela Lei Complementar n. 31. Possui 78 municípios e conta com uma população de 2.449.024 habitantes (IBGE, 2021). Desde a fundação do estado, “[...] a disputa de poder entre os grupos políticos sempre foi acirrada, com uma classe fundiária brigando pelo domínio da máquina administrativa.” (FERNANDES, 2013, p. 129).

As legislações anteriores a 1988 garantiam aos municípios, no que se refere ao caráter educacional, somente a possibilidade da organização administrativa. Com a Constituição Federal de 1988, o município garantiu o status de ente federativo⁵, passando a ter a opção de criar seus sistemas de ensino e formular políticas públicas educacionais. Coube aos municípios se adequar às determinações legais em matéria educacional, por meio de regulamentações de constituições estaduais, leis orgânicas municipais, decretos e outras legislações pertinentes. O Sistema Estadual de Ensino necessitou se reorganizar em virtude da criação dos Sistemas Municipais de Ensino (BRASIL, 1988) e, com isso, o aspecto educacional do estado se modificou em diversas dimensões, tais como em relação à autonomia administrativa e à descentralização.

Pedro Pedrossian (1991-1994) executou, por meio da Secretaria de Estado de Educação, 16 programas educacionais, os quais integravam o projeto educacional nominado “Uma proposta de educação para MS – educação pública e democrática – colegiado escolar”, dentre eles o Programa I, denominado “Democratização das Escolas: 1) eleição de diretor e colegiado escolar; 2) autonomia financeira da escola”.

O programa I foi resultado da instituição da gestão democrática pela Constituição Federal de 1988 e das reivindicações dos movimentos docentes. Em Mato Grosso do Sul, o princípio IV foi instituído pelo Decreto n. 5.868⁶, de 17 de abril de 1991, e atualizado pela redação oferecida no decreto n. 7.227, de 26 de maio de 1993.

Segundo Fernandes e D’Ávila (2008), a política educacional do estado, desde 1991, tem como interesse a descentralização da gestão e a indução da municipalização do ensino de primeiro grau (atual Ensino Fundamental), com a perspectiva de direcionar aos municípios as funções e as atribuições até então do Estado.

Além da descentralização e da municipalização, a materialização da política educacional estadual também apresentou tendências a práticas da gestão gerencial (FERNANDES; D’ÁVILA, 2008), pois, como interface do global, o local também objetivava a transposição do público para a lógica da administração privada. Observa-se essa lógica por meio da Administração por Objetivos (APO) e da Qualidade Total na Educação, com programas federais tais como o “Fundo de Fortalecimento da Escola” (Fundescola), em convênio com o Banco Mundial.

Outros programas e propostas foram instituídos nas políticas educacionais de Mato Grosso do Sul, como a “Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição”. Foram desenvolvidas ainda ações de cunho coletivo e organizado por meio da construção da Constituinte Escolar e do Plano

⁵ “Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.” (BRASIL, 1988).

⁶ MATO GROSSO DO SUL. Decreto n. 5.868, de 17 de abril de 1991. Dispõe sobre a estrutura básica das unidades escolares da rede estadual de ensino e dá outras providências. Campo Grande, 1991.

Estadual de Educação (PEE) 2003-2013. Contudo, essas ações não foram expressivas ao ponto de demarcarem a gestão da educação do estado com um caráter democrático.

Uma singela manifestação de participação social na deliberação da política educação do estado foi observada na implantação do PEE 2015-2025, reflexo do PNE 2014-2024. O texto base foi elaborado a partir de seis oficinas desenvolvidas de 23 de agosto a 3 de setembro de 2014, e de cursos de formação continuada denominados “PEE nas Escolas”, coordenada pela Secretaria de Estado de Educação, abrangendo no total 22 mil pessoas cadastradas no Sistema PEE-MS. Esse texto foi discutido nos 10 Seminários Regionais de Mato Grosso do Sul e aprovado no “Seminário Estadual de Educação: construindo coletivamente o Plano Estadual de Educação (PEE-MS 2014-2024)”, realizado nos dias 15 e 16 de setembro de 2014, em um processo coordenado pelo Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (FEEMS). (MATO GROSSO DO SUL, 2014).

O “PEE nas Escolas” contou com a participação de profissionais da educação das escolas da rede pública de ensino, bem como de escolas privadas e instituições de ensino superior nos 79 municípios do estado de Mato Grosso do Sul. Como aponta o documento, a detecção dos problemas educacionais existentes e a proposição de estratégias que visem à melhoria dos resultados encontrados foi importante para formular essa política. Cury (2013) afirma que a responsabilidade pelo plano não diz respeito apenas aos funcionários do estado, mas também envolve os que fazem a educação no cotidiano.

Apesar dessas expressões democráticas, a concepção de gestão gerencial ainda é identificada, principalmente no modelo de avaliação de competências básicas para diretores escolares e em programas como o denominado “Escola de Autoria” (OLIVEIRA, 2021). Em resumo, podemos observar que a reforma do Estado e os projetos de modernização postulados pelo neoliberalismo deixaram marcas nos posicionamentos políticos dos governos do estado de Mato Grosso do Sul, uma vez que poucos foram os movimentos em torno de políticas educacionais voltadas para a materialização da gestão democrática da educação. Cabe vislumbrar se no cenário atual esse resultado também está posto.

4 Os programas educacionais em análise

O levantamento dos programas educacionais ocorreu nos *sites* públicos dos governos federal e estadual, bem como por meio dos decretos e legislações de Mato Grosso do Sul e na plataforma *online* da REE/MS. Foram utilizados como descritores “programas educacionais”; “parceria”; e “instituição privada”. As fontes selecionadas foram delimitadas entre 2016 e maio de 2022. A partir dessa busca, destacaram-se três programas: Programa de Educação em Tempo Integral (Escola de Autoria), Programa de Desenvolvimento de Competências Socioemocionais (Volta ao Novo) e Programa MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança.

4.1 Programa de Educação em Tempo Integral (Escola de Autoria)

O programa conhecido como Escola de Autoria faz parte da Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) nas redes públicas do país, desenvolvida pelo Ministério da Educação (MEC) e em conformidade com a Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e com a meta 6 do PNE (2014-2024)⁷. A Lei citada, além de instituir

⁷ “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.” (BRASIL, 2014).



a EMTI, altera a LDB e a Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), entre outras. As principais modificações foram o aumento da carga horária mínima anual do ensino médio de 800 horas para 1.400 horas e a adequação do currículo para áreas de conhecimento (BRASIL, 2017).

Com base na Lei n. 4.973, de 29 de dezembro de 2016, que implantou o programa, seu objetivo é a “[...] ampliação da jornada escolar e o desenvolvimento de políticas direcionadas a melhoria da qualidade do ensino e a formação integral e integrada do estudante” (MATO GROSSO DO SUL, 2016, p. 06). Outras finalidades merecem destaque: estimular a participação coletiva da comunidade escolar na elaboração dos projetos político-pedagógicos, diminuir a média de evasão, consolidar o modelo de gestão para resultados, com o aprimoramento dos instrumentos gerenciais de planejamento, acompanhamento e de avaliação, além de viabilizar parcerias com instituições de ensino e pesquisa e com entidades públicas ou privadas.

Dentro das finalidades mencionadas, a participação social da comunidade na escola e a preocupação com o abandono dos alunos contradizem o fomento do modelo de gestão por resultados e a instituição de parcerias entre público-privado. As duas primeiras se aproximam de uma educação pensada com foco no aluno e na apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos como função do ensino, partindo de princípios como gestão democrática, equidade, respeito às diversidades, etc.; enquanto as demais estão ligadas ao projeto societário posto pelo capital.

A produção capitalista é reorganizada constantemente para responder às crises do sistema e o neoliberalismo é fruto disso, ou seja, uma nova roupagem do liberalismo. O neoliberalismo é uma resposta à Revolução Russa, assim como o Estado de Bem-Estar Social foi uma adaptação das demandas populares no interior do arranjo econômico. No entanto, seu impacto se deu mais no campo ideológico do que no financeiro, pois introduziu nos sujeitos um novo modo de se portar na sociedade denominado de mercantilização das relações sociais (DARDOT; LAVAL, 2016).

Incorporar “instrumentos gerenciais de planejamento, acompanhamento e de avaliação” e “parcerias com entidades privadas” são marcas da nova racionalidade do capital (DARDOT; LAVAL, 2016). Assim, através de programas que reforçam a presença do setor privado no público, a educação torna-se peça fundamental na acumulação de poder e no estabelecimento do consenso que viabiliza a divisão da sociedade em classes.

Toda essa racionalidade pode ser observada no estabelecimento da parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). Conforme a plataforma da instituição, o ICE é uma entidade sem fins lucrativos, que teve início em 2000, “[...] com a retomada da educação de qualidade em Pernambuco” (ICE, 2022), por meio da mobilização de um ex-aluno do Ginásio Pernambucano para conceber um novo modelo de escolar e resgatar os padrões de excelência do Ginásio⁸ em Recife. Em Mato Grosso do Sul, o ICE ficou responsável pela elaboração do Projeto Pedagógico e da Gestão do novo programa do estado para o Ensino Médio.

⁸ Ao recuperar o prédio da Escola, o ICE assume a coordenação de gestão pedagógica da escola pública e, em 2006, essa proposta é adotada pelo estado de Pernambuco e se torna política de Ensino Médio, denominada “Escola da Escolha”, espalhando para 11 escolas distribuídas entre Recife e as diversas regiões Metropolitanas do Estado. Em 2008, a proposta alcança 53 escolas em Pernambuco e se expande, a partir de 2009, para outros estados do Brasil.



Como a SED/MS afirma, a perspectiva do programa é a formação do jovem autônomo, solidário e com as competências necessárias para o século XXI. Para isso, a matriz curricular articula as disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – linguagens, ciências naturais, ciências humanas – e da parte diversificada, que inclui disciplinas eletivas, tais como Projeto de Vida, estudo orientado, pós-médio, práticas experimentais e ambientes de aprendizagem (SED, 2017).

O nome “Escola da Autoria” tem origem no protagonismo juvenil que o programa pensa para o estudante da REE/MS. Ao pensar na relação professor/aluno, o protagonismo pode ter dois ângulos diferentes: o primeiro refere-se ao papel ativo da educação libertadora proposta por Paulo Freire (2015), que propõe como método educativo que os temas abordados partam da realidade do educando e dos seus conhecimentos prévios e, assim, eles comparem realidades e construam novos conhecimentos de forma autônoma. Nesse sentido, o protagonismo tem ligação com a autonomia.

Ao tratar sobre programas calcados na nova racionalidade, o protagonismo se aproxima da ideia de empreendedorismo, de adaptação ativa e produtividade. Nessa perspectiva, não cabe ao aluno ser o foco do processo educativo para transformar sua formação e o mundo, mas sim ser útil para o modo de produção vigente e atender às necessidades imediatas do mercado. Então, o objetivo deixa de ser a politização dos alunos em sujeitos críticos para estruturá-los em neosujeitos (DARDOT; LAVAL, 2016).

O Projeto de Vida é um plano de ação escrito que permite uma melhor visualização dos caminhos a serem seguidos pelo jovem para alcançar seus objetivos. Para tanto, é preciso conhecer claramente seus reais objetivos e metas, bem como ter em mente seus valores, pois eles irão direcionar sua vida. As metas devem ser compatíveis com os valores mais profundos, para que sua consecução leve à satisfação e à realização pessoal, e não à frustração ou à insatisfação.

Como indica Magalhães (2008), a construção do Projeto de Vida foi comparada à elaboração do Plano de Ação de uma empresa e da própria escola. De acordo com o Instituto de Corresponsabilidade Educacional (ICE), o Projeto de Vida considera o jovem um protagonista nas definições do rumo da sua vida profissional e acadêmica, sendo esse tema de diversas formações ofertado pela REE/MS em parceria com o ICE.

Instituições privadas e Organizações Sociais como essa estão ganhando cada vez mais espaço nas políticas educacionais, modificando seus ciclos e injetando conhecimentos, valores e subjetividades na educação, com formações continuadas, cartilhas e materiais de apoio. Um desses conceitos são as competências socioemocionais, como vemos a seguir.

4.2 Programa de Desenvolvimento de Competências Socioemocionais (Volta ao Novo)

Durante o período pandêmico gerado pela doença conhecida por Covid-19⁹, o Instituto Ayrton Senna (IAS) lançou o programa denominado “Volta ao Novo”¹⁰, para “[...] apoiar desenvolvimento de competências socioemocionais de educadores e estudantes de escolas públicas.” (IAS, s/d), em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

⁹ O coronavírus (COVID-19) é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2.

¹⁰ O termo relaciona-se à expressão popularizada durante a pandemia da Covid-10 “o novo normal”.

As principais ações mencionadas pelo instituto foram dar apoio às secretarias estaduais e municipais de educação na elaboração e desenvolvimento de encontros e conteúdos formativos com foco nas competências socioemocionais do corpo docente e discente. Desde 2020, o IAS diz auxiliar no planejamento do ensino remoto e no retorno às aulas presenciais a partir de cinco “macrocompetências” fundamentais para o desenvolvimento integral: resiliência emocional, amabilidade, abertura ao novo, engajamento com o outro e autogestão.

Em Mato Grosso do Sul, o programa não foi implantado através de normativa e sim implementado com formações via *webconferências* para os profissionais das secretarias de educação que aderiram à proposta, como também por meio de *lives* destinadas à sociedade em geral, de modo que ocorresse o envolvimento de professores e famílias no debate do desenvolvimento de competências (SED, s/d). É importante salientar que essas formações foram organizadas pelo IAS e seus convidados, e não no âmbito da rede de ensino.

Além disso, o programa produziu e divulgou para as secretarias de educação materiais de apoio referente às cinco macrocompetências. Os cinco documentos têm formatação e tópicos comuns: o primeiro diz respeito ao conceito de competência e é denominado de “Que competência é essa?”; o segundo refere-se às orientações de como adquiri-la, o qual é intitulado “Como desenvolver essa competência?”; o terceiro volta-se às atividades denominadas de “Prática para você, educador!”; o quarto destina-se às formas de atuação, nomeadas como “Como atuar na mediação para que os estudantes desenvolvam essa macrocompetência?”.

Ao olhar para a produção das políticas públicas atuais, as habilidades e competências socioemocionais são apontadas como concepções essenciais para garantir o sucesso de crianças e adolescentes no âmbito escolar e profissional em posterior. Esses conceitos começaram a difundir o cenário educacional pelo IAS em 2011, no Seminário “Educação para o Século 21”, realizado em parceria com a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e com a UNESCO (IAS, 2011), onde foram divulgados ideários de Heckman¹¹ sobre a desvalorização das competências não cognitivas no ensino.

Para o IAS, competência é a capacidade de mobilizar, articular e colocar em prática conhecimentos, valores, atitudes e habilidades (IAS, 2013). Para fomentar isso, o instituto defende que é preciso trabalhar no âmbito de políticas públicas educacionais e no uso de práticas pedagógicas. Um dos passos sugeridos é a reestruturação dos currículos para incluir “[...] componentes curriculares inovadores, bem como para dar tratamento integrador aos conhecimentos disciplinares entre si e destes com os anseios dos alunos” (IAS, 2013, p. 10).

A Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são reflexões da mobilização pós “Educação para o Século XXI”. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2017). Apesar da menção, a noção desse termo não é problematizada nos documentos.

A organização do currículo em competências gerais tende a “[...] dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se às condições de uma sociedade em que as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas [...]”, (SAVIANI, 2008). Assim,

¹¹ James Heckman é economista, professor da Universidade de Chicago e ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2020. Ele criou métodos científicos para avaliar a eficácia de programas sociais e se dedica ao estudo da Primeira Infância.

o Estado reforça o seu papel na manutenção dos interesses do capital na complexa correlação de forças sociais que permeia a política educacional.

Através de propostas como “Volta ao Novo” expressas na reestruturação curricular, nas reformas de ensino, bem como nos *rankings* educacionais etc., instituições como o IAS, o Instituto Unibanco, a Fundação Itaú, a Fundação Lemann e o Sistema S¹² assumem importante espaço na disputa do projeto societário brasileiro. Desse modo, assim como em outras atividades sociais, a educação permanece dentro do limite do domínio dos interesses dominantes (MÉSZÁROS, 2005).

Mesmo com o controle educacional, a solução dos problemas sociais – incluindo os indicadores educacionais – não incide sobre a estrutura social e o modo de produção vigentes, mas depende da transformação dos indivíduos a uma nova lógica, a do neosujeito (DARDOT; LAVAL, 2016). Historicamente, a educação vem sendo incumbida de maximizar a dominação perante a ideologia posta e minimizar os efeitos das crises sistêmicas do sistema. As políticas públicas são substâncias para isso e, de fato, o emprego das competências socioemocionais se revelam como propostas de preservação da ordem social.

4.3 Programa MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança

O Programa “MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança” é uma política do governo do Estado elaborada na gestão do atual governador Reinaldo Azambuja (2015-2022) em parceria com o Instituto Natura, Bem Comum e Fundação Lemann. Entre suas diretrizes e propostas, cria o Prêmio Escola Destaque, com previsão de repasses de até R\$2,4 milhões de reais. Por isso, desde o Projeto de Lei n. 255/2021, o programa gera opiniões diversas na Câmara Legislativa e na sociedade civil sul-mato-grossense.

O objetivo apontado é o fortalecimento da aprendizagem e a melhoria dos indicadores educacionais dos estudantes matriculados nas redes públicas de ensino de Mato Grosso do Sul, por meio da aquisição da leitura e da escrita adequados à sua idade e nível de escolarização, conforme prevê a BNCC (MATO GROSSO DO SUL, 2021). Almeja-se aferir os níveis de aprendizagem dos estudantes, através de avaliações anuais para as turmas do 2º ano do Ensino Fundamental, nas redes municipais e estadual de ensino.

A partir do resultado das provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica de Mato Grosso do Sul (SAEMS) e mensuradas pelo Índice de Desenvolvimento da Aprendizagem de Mato Grosso do Sul (IDAMS), o Prêmio Escola Destaque será concedido às 30 escolas que obtiverem os melhores índices de alfabetização. O intuito é alcançar notas maiores nos indicadores educacionais dos estudantes (MATO GROSSO DO SUL, 2021).

A matéria “Governo cria sistema de ‘meritocracia’ nas escolas de Mato Grosso do Sul”, publicada pelo Jornal Correio do Estado, em 15 de setembro de 2021, afirma que especialistas em educação apontam que esse tipo de premiação cria um sistema de meritocracia, medindo o desempenho por meio de avaliações em larga escala, pois, como destaca especialista entrevistada pelo portal de notícia,

¹² Sistema S é o termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, ações de assistência social e técnica, de consultoria e pesquisa, com características organizacionais similares. Essa nomenclatura é resultado nos nomes que iniciam com a letra S, como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), etc.



[...] as escolas estão localizadas em diferentes regiões e atendem uma população heterogênea, com diferenças culturais, sociais e de gênero, por isso essa premiação para as escolas com ‘melhores resultados’ não promove a justiça social, muito pelo contrário (MOREIRA, 2021).

Em contrapartida, a coordenação de formação continuada da SED/MS declara que “O nosso objetivo é concluir o processo de alfabetização no 2º ano do Ensino Fundamental, o foco da avaliação será para avaliar o ciclo final da alfabetização. Com isso, vamos iniciar o trabalho de aprendizagem desde cedo com esse grupo” (MOREIRA, 2021).

O Projeto de Lei que tramitava na Assembleia Legislativa n. 255/2021 recebeu parecer favorável, e o parlamentar Gerson Claro (PP) declarou, em entrevistas à imprensa, que o programa realmente pretende dar meritocracia e “[...] isso não é algo negativo. As escolas periféricas estão em desvantagem e o objetivo é dar premiação, cursos e materiais a elas. Esse projeto vem de encontro com o projeto ICMS Educacional, que criei.” (NANTES, 2021).

No viés neoliberal, o mérito se consolidou como sinônimo de sucesso pessoal, independentemente das condições postas, desconsiderando a desigualdade social, econômica, de raça e de gênero. Arretche (2015) aponta que, apesar da desigualdade entre as faixas de renda terem diminuído a partir de 2000, a de renda por gênero e cor aumentou no mesmo contexto. A ideia de meritocracia é uma das grandes contradições do sistema capitalista, já que, ao defender que nesse sistema o enriquecimento depende exclusivamente do indivíduo, pois ele tem liberdade para alcançar resultados (HAYEK, 2010), não se atenta às conjunturas de cada classe.

O conceito de classe deve ser considerado como relação e processo, pois é uma formação tão “econômica” quanto “cultural” pelas maneiras que unem indivíduos, estabelecendo modo de vida, interesses e valores (MARX, 2011). Pensar o Estado propondo um programa com esse perfil confirma que não se trata de uma contraposição com a sociedade civil, mas sim um avanço do neoliberalismo, uma vez que se vive em uma sociedade de classes, contemplando os interesses mercantis.

Promovendo formação continuada dos professores e gestores escolares da rede pública, bem como avaliações e acompanhamentos dos indicadores de aprendizagem e oferta de material didático complementar, o Estado, através do programa MS Alfabetiza, introduz mecanismos de mercado na educação escolar a partir do modelo de gestão privada.

Algumas considerações

Ao mapear os programas educacionais da Rede Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul entre 2018 e 2022, percebeu-se que grande parte deles estabelecem alguma parceria e convênio com instituições privadas e/ou organizações sociais (OS). Entre eles, destacou-se o Programa de Educação em Tempo Integral (Escola de Autoria), o Programa de Desenvolvimento de Competências Socioemocionais (Volta ao Novo) e o Programa MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança.

Dentre os três, o “Escola de Autoria” é resultado de uma política educacional nacional, criada durante a gestão do presidente Michel Temer (12 de maio de 2016-2018), que assumiu o poder após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff¹³ (2010-2016). Através da EMTI, o

¹³ O processo de cassação do mandato da Presidenta Dilma Rousseff ocorreu em 31/08/2016. Foi considerado um ato polêmico da conjuntura política do país. A base para o ato foram as chamadas pedaladas fiscais e pela adição de decretos de abertura de crédito sem autorização do Congresso, incorrendo em crime e responsabilidade segundo

Ministério da Educação (MEC) tem transferido recursos principalmente para a remuneração e o aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação, como também para a aquisição de material didático-escolar. A SED/MS optou por aplicar os financiamentos em parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE).

Como produto do retorno às aulas presenciais após o período pandêmico, o “Volta ao Novo” aborda as prestigiadas competências socioemocionais, que ganham força no cenário não só educativo, mas corporativo. Com iniciativa do Instituto Ayrton Senna (IAS) e do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), o programa oferta formações continuadas a trabalhadores da educação sobre cinco macrocompetências, com produção de materiais de apoio e *webconferências* exclusivas do IAS. Isso salienta que cabe ao setor privado ou às OS a escolha dos conteúdos repassados aos professores, gestores e estudantes.

Com isso, nota-se que a classe que já possui o poder econômico está conquistando espaços no setor público para exercer poder sobre as subjetividades e as ideologias. Essas subjetividades implantam uma condição nova do homem em torno da figura da empresa, fabricando sujeitos que precisam ser eficientes. As características dessa nova racionalidade são similares às previstas nos materiais de apoio que compõem as formações dos programas mapeados, ou seja, um sujeito ativo que deve estar engajado por completo na sua tarefa profissional, o qual precisa ser eficaz, afetivo, resiliente, autônomo e alimentar sua “autogestão”, pois é “colaborador” da sua própria aprendizagem.

Concluiu-se que as diversas formas de se privatizar a educação já se tornaram uma política pública, levando o poder público a abdicar da sua função de construir políticas educacionais, já que ele tem contado com “parcerias” para substituir o direito à educação de qualidade por interesses mercantis. A propriedade, apesar de permanecer pública, entrega nas mãos do capital o controle dos conteúdos e define o conhecimento para as próximas gerações. O projeto societário está em constante disputa e a luta pela construção da democracia nas escolas públicas a cada dia tem que se reinventar e resistir.

Referências

AMARAL, Nelson Cardoso. INTER-AÇÃO. **Revista da Faculdade de Educação**, Goiânia, UFG, v. 1, 1975. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/issue/view/2205>. Acesso em: 15 out. 2022.

ARRETCHE, Marta. **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 22 jul. 2022.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma gerencial do Estado de 1995. **Revista de Administração Pública**, v. 34, n. 4, jul./ago., p. 7-26, 2000. Disponível em:

alguns juristas. (SENADO NOTÍCIAS, 2016). O *impeachment*, além da cassação da Presidenta, produziu uma cisão na sociedade sobre como caracterizar esse processo: para alguns setores da sociedade civil e política ele foi considerado legal. Já para outros setores foi considerado um golpe, para esses, o ato foi ilegítimo e o bloco de poder que assumiu pôde implementar sua agenda de contrarreformas (LEHER; SANTOS, 2019). Segundo Amaral (2019, p. 6) “[...] Não foi um golpe nos moldes tradicionais, mas um tipo de ação que reuniu diversos setores da sociedade para alterar uma situação política estabelecida [...] e que foi vencedora em eleições anteriores”.



<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6289/4880>. Acesso em: 22 jul. 2022.

BRITO, Jéssica da Costa. **Educação e democracia**: análise normativa do processo eleitoral para o cargo de diretor escolar na Rede Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (1999 a 2018). Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 2020. Disponível em:
<https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/4366/1/Dissertac%cc%a7a%cc%83o%20de%20mestrado%20em%20Educac%cc%a7a%cc%83o%20%28UFMS%29%20-%20Je%cc%81ssica%20da%20Costa%20Brito.pdf?>. Acesso em: 29 nov. 2022.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Planos Nacionais de Educação no Brasil. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; FONSECA, Marília. (org.) **Política e Planejamento educacional no Brasil do século 21**. Brasília: Liber Livro, 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Campinas: Boitempo, 2016.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; FERNANDES, Solange Jarcem; DE REZENDE ALVES, Andressa Gomes. Parceria público-privada no município de Campo Grande: o caso da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar (OMEP). **Teoria e Prática da Educação**, v. 22, n. 3, p. 176-194, 2019. Disponível em:
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/46993>. Acesso em: 15 out. 2022.

FERNANDES, Solange Jarcem, ALVES, Andressa Gomes de Rezende; VIANA, Elayne Silva. Relações público-privadas na educação pública: as implicações dos convênios para a Educação Infantil no município de Campo Grande, MS. **Série-Estudos**, v. 26, n. 56, p. 131–148, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v26i56.1393>. Acesso em: 10 jun. 2022.

FERNANDES; Maria Dilnéia Espíndola; D'AVILA, Jorge Luis. A “Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição”: a relação entre gestão e financiamento para o ensino médio. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 419-438, jul./dez., 2008. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/715/71511645008.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; FERNANDES, Solange Jarcem; STOCKMANN, Daniel. A reprodução da força de trabalho docente frente à política educacional. In: BIGARELLA, Nádia; MACIEL, Carina Elisabeth; BRITO, Vilma Miranda de (org.). **Políticas, práticas, gestão e planejamento educacional**. Brasília: ANPAE, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HAYEK, Friedrich August. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1987.

HÖFLING, Eloisa de Mattos G. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 21, n. 55, nov., 2001. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2022.

INSTITUTO DE CIDADANIA EMPRESARIAL. **Quem somos.** 2022. Disponível em: <https://ice.org.br/quem-somos/>. Acesso: 22 jul. 2022.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Uma visão mais ampla sobre a qualidade do aprendizado.** Seminário Educação para o Século 21. São Paulo, 2011. Disponível em <http://www.educacaosec21.org.br/seminario2011/seminario/>. Acesso em: 22 jul. 2022.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Competências socioemocionais:** material de discussão. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3zTwUZH>. Acesso em: 04 jun. 2017.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **O Volta ao Novo foi criado pelo Instituto Ayrton Senna, durante a pandemia da Covid-19, para apoiar o desenvolvimento de competências socioemocionais de educadores e estudantes de escolas públicas.** s/d. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/como-atuamos/volta-ao-novo.html>. Acesso em: 22 jul. 2022.

LEHER, Roberto; SANTOS, Maria Rosimary Soares dos. Financiamento das universidades federais – determinantes econômicos e políticos. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 45, n. 2, p. 220–239, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/62189>. Acesso em: 19 out. 2022.

MAGALHÃES, Marcos. **A juventude brasileira ganha uma nova escola de Ensino Médio:** Pernambuco cria, experimenta e aprova. São Paulo: Albatroz, 2008.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei n. 4.621**, de 22 de dezembro de 2014. Aprova o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Disponível em: <http://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/pee-ms-2014.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei n. 4.973**, de 29 de dezembro de 2016, cria o Programa de Educação em Tempo Integral, denominado “Escola da Autoria”. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ms/lei-ordinaria-n-5006-2017-mato-grosso-do-sul-acrescenta-o-art-3-a-a-lei-n-4973-de-29-de-dezembro-de-2016-que-cria-o-programa-de-educacao-em-tempo-integral-denominado-escola-da-autoria>. Acesso em: 10 maio 2018.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei n. 5.724**, de 23 de setembro de 2021. Institui o Programa MS Alfabetiza - Todos pela alfabetização da criança, cria o Prêmio Escola Destaque, e dá outras providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ms/lei-ordinaria-n-5724-2021-mato-grosso-do-sul-institui-o-programa-ms-alfabetiza-todos-pela-alfabetizacao-da-crianca-cria-o-premio-escola-destaque-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 10 maio 2018.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MOREIRA, Rafaela. Governo cria sistema de “meritocracia” nas escolas de Mato Grosso do Sul. **Jornal Correio do Estado**, 15 de setembro de 2021a. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/cidades/sistema-de-meritocracia-nas-escolas-publicas/390940>. Acesso em: 22 jul. 2022.



NANTES, Alex. Deputados se dividem entre favoráveis e aqueles que ainda não leram projeto que cria “meritocracia” nas escolas de MS. **Jornal Correio do Estado**, 15 de setembro de 2021b. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/politica/ms-alfabetiza-cria-%E2%80%9Cmeritocracia%E2%80%9D/390951>. Acesso em: 22 jul. 2022.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. Plano estadual de educação de Mato Grosso do Sul: entre a gestão gerencial e a gestão democrática. **Cadernos de Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 226–249, jan./mar., 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2229.v28n1p226-249>. Acesso em: 23 mai. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL. **A SED realiza formação com jovens protagonistas acolhedores**. Mato Grosso do Sul, 2017. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/sed-realiza-formacao-com-jovens-protagonistas-acolhedores/>. Acesso em: 14 jun. 2022.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL. **Programa volta ao novo**. Mato Grosso do Sul, s/d. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/voltaaonovo/>. Acesso em: 22 jul. 2022.

SEKI, Allan Kenji. **Determinações do capital financeiro no Ensino Superior: fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018)**. 2020. 437 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/219299>. Acesso em: 12 jun. 2022.

Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. Brasília. **Senado Notícias**, 28 de dez. de 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 15 out. 2022.

VIEIRA, Evandro. **Os direitos e a política social**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

Recebido em agosto de 2022.

Aprovado em novembro de 2022.